

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45

**ATA DA 250ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA
(20 de agosto de 2014)**

Aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e quatorze, às treze horas e trinta minutos, no Auditório Samuel Pessoa da Villa da Saúde, após a constatação do quórum necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde para a ducentésima quinquagésima reunião ordinária do CMS, tendo como pauta: **1-13h30- Análise e Aprovação da Pauta da 250ª Reunião Ordinária do CMS e Aprovação da Ata da 249ª do Conselho Municipal de Saúde; 2-14h00- Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde Referente ao Mês de Maio/ 2014 – Diretoria Financeira- Sandra Regina dos S. Silva; 3-15h00-Apresentação do Relatório do Recurso Utilizado no Projeto Violência no Transito- Sandra Caldeira; 4-15h30-Apresentação da Lei de Orçamentária Anual - LOA/2015- Sandra Regina dos S. Silva; 5-16h00- Esclarecimentos a Respeito das Obras nas UBS's; 6-16h30- Esclarecimentos a Respeito do Fornecimento de Medicamentos; 6-17h00- Informes; 7-17h00- Teto máximo para encerramento.** Compondo a mesa diretora, a conselheira **Nadya Christiane Silveira Pelizzari** inicia a reunião apresentando a pauta do dia. **Nadya** propõe a inclusão do seguinte ponto de pauta: **Complementação de Serviços de Saúde - Conforme portaria 1034/210.** A conselheira **Maria Osvaldina Mello Oliveira** solicita a inclusão do ponto de pauta: **Discussão para que a UBS Ouro Branco continue atendendo 16 horas.** A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** solicita a inclusão dos seguintes pontos de pauta: **Discussão a Respeito do Relatório de Auditoria do Oxigênio e Esclarecimentos a Respeito de Reportagem Veiculada no Programa Léo José,** a qual citou o nome do CMS. O conselheiro **Eliei Joaquim dos Santos** coloca que foi previamente acordado que somente assuntos urgentes seriam incluídos na pauta formulada pela Comissão Executiva. **Eliei** prossegue e diz que a reportagem citada pela conselheira **Juvira** foi um caso que aconteceu com ele e que gostaria de fazer um esclarecimento sobre o assunto. **Eliei** relata que embora não exista a necessidade de ninguém saber de sua vida pessoal, possui um filho problemático e que já foi internado e preso algumas vezes. **Eliei** continua e diz que na sua casa existe um quarto com uma caixa com vários documentos, e que o filho, quando veio de Cianorte para Londrina, na pressa de arrumar sua cama, pegou alguns papéis, inclusive envelopes do CMS, e jogou fora em um local no Jardim Abussaf. **Eliei** relata que o conteúdo estava em dois sacos pretos e que alguém, talvez por curiosidade, foi até o local fazer uma reciclagem e deixou todos os papéis jogados fora, e, como ele é uma pessoa conhecida, alguém passou no local e ligou para essa reportagem e para o sensacionalista. **Eliei** relata ainda que a secretária **Sandra** ligou para ele no dia da reportagem e ele então ligou para o sujeito, conversou com ele e passou tudo sobre o ocorrido e que iria recolher os papéis e dar o destino correto, como o fez inclusive, no entanto, o senhor **Leo José** não lhe ouviu e fez um sensacionalismo terrível e passou a matéria, mas, ainda bem que o programa dele é muito ruim e quase ninguém vê. **Eliei** relata que neste mesmo dia foi até o SindPrevs e fez uma declaração, encaminhou uma cópia a secretaria do CMS, inclusive tirou fotos no local da situação antes e depois do recolhimento dos documentos. **Eliei** finaliza e diz que essa é uma questão particular sua,

46 que não foi ele quem fez, inclusive mandou novamente seu filho para Cianorte para ser
47 internado, logo, é um fato que não contribui em nada para o CMS. **Eliel** coloca que o lixo
48 foi recolhido e está no SindPrevs aguardando a destinação correta, portanto, este é um
49 assunto resolvido e que não prejudicou o CMS e a SMS, pois na reportagem foi citado o
50 seu nome e o do seu sindicato, inclusive já está sendo providenciado para que o sujeito
51 retrate isso na justiça. A conselheira **Nadya** agradece a presença dos agentes de
52 endemias e do vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde, senhor **Manoel**
53 **Rodrigues do Amaral**. O conselheiro **José Aparecido Martins** faz uso da palavra e
54 solicita um informe sobre os funcionários que serão chamados para trabalhar na UPA,
55 pois gostaria de saber serão convocados servidores do concurso ou se será feito um
56 remanejamento funcionários de outras unidades. **Martins** diz que é preciso discutir a
57 questão, pois não se pode deixar para convocar, selecionar, ou abrir concurso depois
58 que a obra ficar pronta, pois naquela região do Jd do Sol existem muitos vândalos e eles
59 vão arrebentar com o patrimônio. O conselheiro **Eliel Joaquim** coloca que o conselho já
60 aprovou em ata que em Londrina não se fecha serviço de saúde, e que o conselheiro
61 José está falando sobre a possibilidade de isso acontecer quando a UPA for aberta, na
62 zona oeste, centro, no Jardim do Sol, mas houve uma discussão e a SMS colocou que
63 iria designar servidores para aquela UPA, mas isso ainda não passou pelo conselho e
64 com certeza irá passar, sendo que somente depois disso o conselho tomará sua decisão
65 sobre o assunto. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** diz que o ponto de pauta do Drº
66 Baltazar é uma questão de urgência e é importante que seja discutido e que sobre o
67 outro ponto o conselheiro **Eliel** já fez um esclarecimento, disse inclusive que vai para a
68 justiça, logo, ficar discutindo isso aqui é “chover no molhado”, pois ainda não é o
69 momento para estarmos pautando essa discussão, inclusive, caso a conselheira sentir
70 essa necessidade, existem as comissões pertinentes para debater o assunto, pois elas
71 têm a função de dar subsídios para o pleno tomar as decisões. **Cícero** propõe que o
72 assunto seja encaminhado para comissão pertinente e depois de um parecer seja
73 pautado na reunião do CMS. A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** diz concordar com
74 o encaminhamento do conselheiro **Cícero** e propõe que a Comissão de Ética julgue o
75 caso, dê um parecer e o CMS analise se irá acatá-lo ou não. **Juvira** propõe uma votação
76 para que o ponto de pauta seja encaminhado diretamente para a Comissão de Ética. A
77 conselheira **Nadya** coloca em votação a proposta da conselheira Juvira. O conselheiro
78 **Cícero Cipriano Pinto** coloca que não cabe ao pleno aprovar o encaminhamento ou não
79 para a Comissão de Ética, pois o regimento é claro: caso algum conselheiro se sinta
80 prejudicado, deverá pedir a sua entidade que faça um ofício solicitando um ponto de
81 pauta para que a Comissão de Ética discuta, pois não cabe ao CMS fazer um pré-
82 julgamento ou encaminhar para a Comissão de Ética. A entidade da conselheira é quem
83 deve solicitar que a Comissão de Ética se pronuncie e se já foi feito isso não era nem
84 para estar sendo pautado nesta reunião. O conselheiro **Eliel Joaquim Santos** propõe
85 que seja incluída somente a pauta do Drº Baltazar, que as solicitações da Maria
86 Osvaldina sejam discutidas na reunião da executiva e que no tocante a solicitação da
87 Juvira seja feito o encaminhamento proposto pelo conselheiro Cícero. Após votação o
88 CMS aprova a pauta com a inclusão do ponto: **Complementação de Serviços de**
89 **Saúde - Conforme portaria 1034/210 e que na questão do oxigênio seja feito um**
90 **esclarecimento pelo Drº Mohamad**. A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** pede

91 declaração de voto e afirma ser contra a pauta da maneira como está, tendo em vista
92 que a questão do oxigênio é muito importante e a auditoria enviada por e-mail apresenta
93 várias recomendações que precisam ser discutidas, pois houve um aumento de 67% no
94 oxigênio com relação a 2011. **Drº Mohamad El Kadri** coloca que o tempo é curto e nada
95 impede que o assunto seja pautado na próxima reunião. O conselheiro **Cícero Cipriano**
96 **Pinto** diz que a fala da conselheira é pertinente e sugere que seja feita uma reunião
97 extraordinária para se discutir somente as auditorias, pois são relatórios extensos e que
98 precisam ser debatidos em reunião extraordinária. **Mohamad El Kadri** sugere que a
99 questão seja incluída na próxima reunião ordinária do CMS, sendo que realmente
100 existem urgências, mas, é preciso discutir aquilo que já está na pauta, logo, porque não
101 incluir as auditorias na pauta da próxima reunião. **Mohamad** coloca em votação a
102 proposta do conselheiro **Cícero** para realização de uma reunião extraordinária e sua
103 proposta para que o assunto das auditorias seja pautado para a próxima reunião
104 ordinária do CMS. A seguir é passado para a **Aprovação da Ata da 249ª do Conselho**
105 **Municipal de Saúde**. A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** solicita que na linha 845
106 onde diz “*teve eleição e posse conforme lei e registro em cartório*”, a fala seja alterada
107 para “*teve eleição e posse conforme lei vigente e estatuto registrado em cartório*”. **Drº**
108 **Mohamad El Kadri** coloca que a fala foi transcrita como foi dita. O conselheiro **Cícero**
109 **Cipriano Pinto** destaca o brilhante trabalho dos servidores que fazem as atas e pergunta
110 se a ata foi transcrita da forma como foi dito. **Drº Mohamad El Kadri** confirma que a ata
111 foi transcrita. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** questiona se cabe esta alteração e
112 se a mesma não mudará o sentido do que foi dito. **Drº Mohamad El Kadri** coloca em
113 votação o pedido de alteração da conselheira. **O conselho não aprova a alteração**. Não
114 havendo mais pedidos de inclusão a **ata é aprovada pelo CMS**. Na sequencia é
115 passado ao ponto de pauta **Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde**
116 **Referente ao Mês de Maio/ 2014**. Devido a problemas técnicos, o CMS aprova que seja
117 passado ao ponto de pauta **Complementação de Serviços de Saúde**. **Drº Baltazar**
118 inicia a seguinte apresentação: **COMPLEMENTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE.**
119 **ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA – AMBITO HOSPITALAR.** *Dr. Baltazar Amadeo*
120 *Gongora. DIRETORIA DE REGULAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE. OBJETIVO:*
121 *Contratação de serviços assistenciais de Saúde na especialidade de Psiquiatria no*
122 *âmbito Hospitalar; Valor Maximo Previsto: Esta sendo previsto para o contratação desses*
123 *serviços um montante financeiro mensal máximo de R\$ 823.418,42 (oitocentos e vinte e*
124 *três mil, quatrocentos e dezoito reais e quarenta e dois centavos) Procedimentos*
125 *realizados: Serão realizados TRATAMENTO EM PSIQUIATRIA visando ofertar*
126 *assistência hospitalar psiquiátrica em unidades especializada a adolescentes e adultos*
127 *com transtornos mentais severos e/ou decorrentes do uso abuso de substancias*
128 *entorpecentes, como álcool e outras drogas. Portaria Ministerial GM/MS nº 1034/2010*
129 *Art. 2º Quando as disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura*
130 *assistencial à população de uma determinada área, o gestor estadual ou municipal*
131 *poderá complementar a oferta com serviços privados de assistência à saúde, desde que:*
132 *§ 3º A necessidade de complementação de serviços deverá ser aprovada pelo Conselho*
133 *de Saúde e constar no Plano de Saúde respectivo. Instituições a serem Contratadas:*
134 *Clinica Psiquiátrica de Londrina, CNES 2578468, Numero de Leitos SUS: 200, R\$*
135 *622.446,44, Villa Normanda, CNES 2578409, Leitos SUS: 65, R\$ 200.971,96. Baltazar*

136 encerra a apresentação. O conselheiro **Ildo Ioris** coloca que fica temeroso em aprovar
137 algo apresentado de última hora, logo, gostaria de saber se é uma continuidade do
138 contrato. **Baltazar** responde que é uma continuidade do contrato que está vencendo,
139 sendo que o prazo é de 60 dias para elaboração de um novo contrato e análise da
140 procuradoria. **Ildo** questiona se existe uma comissão que acompanha este contrato.
141 **Baltazar** confirma a existência de uma comissão. **Ildo** solicita que algum conselheiro da
142 comissão se manifeste sobre a questão. A conselheira **Nadya** afirma não ter sido
143 convocada para nenhuma reunião e que não viu o contrato. **Ildo** afirma que a comissão
144 do contrato tem de ser ouvida e trazer o assunto para o CMS, até para que a plenária
145 possa ajudar. A conselheira **Maria Osvaldina** coloca que é preciso montar uma equipe,
146 ver quem é e quem não é, para não faltar equipe para fiscalizar, mas é preciso urgência,
147 pois existem muitas pessoas esperando internamento, pessoas drogadas e com
148 necessidades especiais de tratamento, logo, é preciso aprovar já que o contrato está
149 aberto, sendo que depois é preciso fiscalizar. O conselheiro **Eliei Joaquim** diz concordar
150 com o encaminhamento do Ildo e que em Londrina existem muitos problemas nesta
151 questão, inclusive teve um problema sério com seu filho um dia antes dele fazer a
152 lambança de jogar os papéis fora, sendo que procurou o Drº Paulo para interna-lo e há
153 uma burocracia, portanto, ou se constrói algo para tirar a juventude das drogas e interna-
154 los em uma clinica que realmente possa recuperar estes seres humanos ou eles vão
155 virar “zumbis” da vida e não iremos dar conta disso, pois se estas pessoas viciadas em
156 drogas não forem incluídas na questão psiquiátrica, irá se “chover no molhado” e não
157 resolver nada. **Eliei** afirma que não irá aprovar a questão, pois a discussão não pode ser
158 a “toque de caixa”, sendo preciso uma discussão mais ampla. O conselheiro **Cicero**
159 **Cipriano Pinto** coloca que o contrato ficou se arrastando por algum tempo e como se
160 trata de uma continuidade de contrato, e aí correndo-se o risco da desassistência do
161 paciente e levando em consideração que o gestor deve ter uma proatividade e não
162 esperar o contrato quase vencer para começar uma discussão, gostaria de lembrar ainda
163 que existe uma comissão de saúde mental que foi reativada e já fez duas reuniões, uma
164 reunião estipulando a questão do calendário e uma segunda para discutir os serviços
165 que o município oferece, sendo que na pauta da próxima será discutido aquilo que o
166 estado oferece. **Cicero** prossegue e diz que gostaria que não houvesse a
167 desassistência, já houve alguns equívocos, e claro que toda melhora do serviço é
168 pertinente, as melhoras no contrato também são viáveis, inclusive gostaria que a
169 Comissão de Saúde Mental acompanhasse os contratos e participe do processo de
170 construção desta política pública, sendo que não se pode fazer um pré-juízo de valor e
171 dizer que não vai aprovar, pois pensa muito nos pacientes que precisam do atendimento,
172 logo, como se trata de uma continuidade de contrato, que este seja fiscalizado e que se
173 pense nos usuários. A conselheira **Terezinha Pereira (Mae Omin)** diz que já existia essa
174 comissão e o contrato que venceu foi acompanhado na outra gestão, sendo que este
175 trabalho lá na ponta e na base para as pessoas que usam drogas, não é somente este o
176 problema que temos na clinica psiquiátrica e a necessidade deste projeto com certa
177 urgência, pois também há muita depressão pós-parto e é preciso que as portas estejam
178 abertas e o com o contrato aprovado, mas há uma falha muito grande dos dirigentes que
179 estão trazendo o projeto somente agora, sendo que existe uma comissão ou um
180 conselho para ser consultado, assim como existe também a saúde mental, logo, isso

181 precisa ser acompanhado, pois não é só chegar aqui, repassar tudo e o CMS acolher,
182 isso tudo tem de ser discutido por uma comissão e depois trazido ao conselho.
183 **Terezinha** sugere que o contrato seja aprovado e já eleita uma comissão para
184 acompanhá-lo, pois não é justo que o usuário pague por uma falha da administração. O
185 conselheiro **Jeremias** sugere a aprovação do contrato e a formação de uma comissão
186 para acompanhar efetivamente a questão. A conselheira **Pilar Soldório** coloca que é
187 preocupante quando chega algo de última hora pra o CMS aprovar, pois fica uma
188 situação difícil entre não deixar o usuário descoberto e a responsabilidade do que está
189 sendo aprovado pelos conselheiros. **Pilar** questiona quando o contrato venceu, pois as
190 reuniões do conselho são mensais, logo, houve alguma falha, sendo que o conselheiro
191 não vai ser irresponsável e deixar a ponta sem assistência, mas, gostaria que a gestão
192 tivesse o cuidado não deixar o contrato vencer para depois trazer aqui, de maneira a se
193 programar, vir ao conselho e pedir o acompanhamento da comissão responsável, para
194 que quando o assunto chegar ao conselho ele se sintasse segura para aprovar. **Pilar** finaliza
195 e diz que o conselho se vê “forçado” a aprovar para não prejudicar os usuários, porém,
196 os conselheiros respondem por tudo que aprovam no conselho. O conselheiro **Paulo**
197 **Nicolau** diz que todos têm um pouco de razão, e que o contrato, apesar dos avisos,
198 venceu em maio. **Paulo** coloca que a clínica está sem receber junho e julho e a atual
199 administração tem feito todos os esforços para evitar o fechamento. Atualmente são
200 atendidos mais de 300 pacientes/mês em regime de internação, mais de 1200 consultas
201 no ambulatório, sendo que há muita dificuldade financeira, pois os valores recebidos são
202 os mesmos há anos e tudo aumentou muito, inclusive já foi pedido um complemento para
203 atingir e cumprir todas as portarias e o promotor já havia pedido a contratação de mais
204 pessoas, algo de fato é necessário, mas hoje não está sendo possível cumprir nem
205 mesmo os pagamentos dos quase 200 profissionais. **Nicolau** diz que o objetivo é
206 melhorar, mas, o que faz a diferença na saúde mental não é tanto as instalações e sim o
207 empenho pessoal, porém, é difícil conseguir este envolvimento humano se as pessoas
208 não estão bem com elas mesmas e receberem o mínimo. **Nicolau** afirma que tem lutado
209 todos os dias por este recurso, sem o qual a clínica não durará nem alguns dias, mas há
210 plena confiança de que não existe nenhuma falta de vontade de que continue os
211 serviços, então todos estão lá, assim como no último ano, onde demorou porque o
212 município estava sem as certidões para receber a verba do estado, e demorou quase 10
213 vezes mais para receber um dinheiro que todos os hospitais psiquiátricos do estado
214 recebem, e isso fez a clínica se endividar muito para não cair o nível de atendimento do
215 hospital. **Nicolau** diz que está sendo feito todo possível e que de alguns meses para cá a
216 clínica está sendo acompanhada por uma auditoria operativa diariamente, com as
217 auditoras permanecendo no hospital de 4 a 6 horas por dia e conferindo item por item. A
218 conselheira **Janaina Mazzer** apoia a proposta de aprovação e sugere que seja definido
219 quem irá acompanhar o contrato e que no próximo vencimento do mesmo,
220 aproximadamente 2 meses antes, seja reavaliado para não se correr o risco de ocorrer
221 este problema novamente. A conselheira **Ana Paula Cantelmo** coloca que pelo que foi
222 apresentado, serviços foram e continuam sendo prestados sem terem sido pagos.
223 **Cantelmo** coloca que toda negociação deve ser feita antes do vencimento, por outro
224 lado, não dá para desconsiderar que o serviço está sendo garantido sem expectativa de
225 receita. **Cantelmo** diz que é importante que a comissão de acompanhamento do contrato

226 se posicione, por outro lado, existe o DRAS, que é o órgão da autarquia responsável pelo
227 acompanhamento e execução o contrato. **Cantelmo** solicita uma posição do DRAS sobre
228 o cumprimento das metas pela clinica e sugere que o conselho avalie e possa validar ao
229 menos o pagamento dos serviços prestados, pois é complicado o prestador continuar
230 com a obrigação de prestar o serviço e não ter o direito de receber. O servidor **Felipe**
231 coloca que a portaria 1034 do MS exige que a complementação de serviços por
232 instituição privada seja submetida ao CMS para aprovação. Em relação às competências
233 que não foram pagas, a PGM e a CGM já se manifestaram e isso foi recebido ontem,
234 sendo que já está sendo providenciada a regularização destes fatos. **Felipe** continua e
235 diz que é preciso nesta reunião a aprovação do contrato novo e não a questão do
236 pagamento dos serviços prestados, sendo que a orientação jurídica é para que o serviço
237 prestado seja pago, mesmo sem contrato, pois se ele não for remunerado configura
238 como enriquecimento ilícito do município, ou seja, é preciso ser pago. Com relação ao
239 cumprimento das metas contratuais das clinicas, apesar desta comissão que foi instituída
240 não estar ativa de fato, a DRAS faz o acompanhamento mensal in loco de tudo que é
241 realizado. **Felipe** prossegue e diz que a clinica de psiquiatria recebe por tabela SUS,
242 logo, o valor de contrato deles é de acordo com as diárias que eles atingem, então, foge
243 um pouco da lógica de contratos de hospitais que é valor prefixado definido por metas. O
244 valor financeiro vai depender das internações que são realizadas dentro do mês de
245 competência. **Felipe** afirma que a clinica tem cumprido o que está previsto em contrato,
246 que se tem orientado nas dificuldades que são encontradas nas auditorias operativas e
247 que as demandas que vem do MP têm sido remetidas para que o Drº Paulo Nicolau se
248 manifeste. Em relação à comissão, como é um contrato novo, é preciso formar uma nova
249 comissão de acompanhamento, com a indicação de 2 conselheiros usuários. O
250 conselheiro **Cícero Cipriano** diz que se já existe uma comissão e só falta à participação
251 dos usuários, logo, o encaminhamento deve ser para que os conselheiros deem este
252 voto para o gestor e não ocorra a desassistência dos usuários. O promotor **Paulo**
253 **Tavares** faz uso da palavra e diz uma questão que ainda não foi abordada pelo DRAS é
254 por que o contrato com a Clínica Psiquiátrico de Londrina, expirado em maio, está sendo
255 discutido apenas em agosto, inclusive, pelo que observou, não estava nem mesmo na
256 pauta da reunião, portanto, não está entendendo o porquê do vencimento em maio e
257 somente em agosto o pedido de aprovação do CMS, logo, gostaria de uma explicação a
258 respeito disso. **Felipe** coloca que na verdade o vencimento do contrato foi na
259 competência de junho e não maio, então, na competência de junho havia cobertura
260 contratual. A competência de julho foi descoberta de contrato e a competência de agosto,
261 pelo decreto 666/2012, autoriza o titular da pasta e responsável pela SMS a questão da
262 contratação emergencial, então a partir de agosto a SMS está trazendo aqui está
263 necessidade. Quanto ao que houve foram algumas falhas internas dentro da SMS, sendo
264 que o secretário de Saúde já pediu uma apuração destas irregularidades junto à
265 corregedoria do município, que é o órgão responsável por verificar o que aconteceu, ver
266 onde ficou parado e apontar as responsabilidades, logo, esse cuidado foi tomado pela
267 SMS e o processo já está em andamento para apurar onde houve o entrave. O promotor
268 **Paulo Tavares** coloca que isso é algo muito grave e está na corregedoria, sendo que é
269 fundamental que o CMS acompanhe através de uma comissão os trabalhos desta
270 corregedoria e saiba o que aconteceu na SMS, pois é uma falha gravíssima por parte do

271 gestor em deixar o contrato vencer e o prestador ficar sem receber durante este período.
272 Essa questão deveria ter sido encaminhada ao CMS com 2 ou 3 meses de antecedência
273 sem dúvida, inclusive se preocupa com o que está ocorrendo com relação aos demais
274 contratos e se isto está acontecendo com os outros prestadores também. O secretário
275 **Mohamad El Kadri** faz uso da palavra e inicia dizendo que os demais contratos estão
276 todos em dia, portanto, foi uma falha pontual e que já foi encaminhada para a
277 corregedoria para apuração das responsabilidades e possíveis penalidades. **Mohamad**
278 continua e diz que vai solicitar que a comissão seja reativada e possa ser mais atuante,
279 e, após a disponibilização do relatório da corregedoria, poderá trazer o mesmo ao CMS
280 para informação e apreciação. O conselheiro **Eliei Joaquim** diz que falou em não votar
281 porque viu justamente o que o promotor viu, mas, após todas as colocações, decidiu
282 retirar sua fala sobre não votar, inclusive em apoio ao **Drº Paulo Nicolau** que é uma
283 pessoa seria e trabalhadora, portanto, estará votando a favor, mas apoiando o
284 encaminhamento de reformulação da Comissão de Saúde Mental para acompanhamento
285 da questão. A conselheira **Nadya** esclarece que a Comissão de Saúde Mental está
286 funcionando, mas infelizmente não teve acesso a este contrato. **Nadya** diz que estava na
287 comissão de acompanhamento do contrato da CPL e não foi chamada para nenhuma
288 reunião, e esclarece isso porque foi cobrada e está no CMS para fazer um trabalho sério,
289 pois a comissão existia e não foi falha do conselho, inclusive perguntou várias vezes
290 quando é que teria acesso ao contrato e somente hoje é que ficou sabendo que o
291 contrato já estava vencido. A conselheira **Dulcelina** coloca que dentro do debate do
292 novo contrato não deve ser esquecida a discussão, dentro da questão da psiquiatria, da
293 importância dos pacientes da saúde mental. É preciso garantir sempre essas questão da
294 saúde mental, dentro dessa questão do álcool e drogas, saúde mental e saúde do
295 trabalhador, pois são inúmeros os trabalhadores que vão parar na clínica psiquiátrica
296 devido ao trabalho, então essa questão do trabalho deve estar dentro da Comissão de
297 Saúde Mental, e a questão do álcool e drogas, que é uma comissão que também debate
298 álcool e drogas, estar dentro da saúde mental, para que no novo contrato se analise tudo
299 isso de estar contemplando essas questões, discutindo a questão do hospital dia, Caps
300 AD, internamento no Shangri-lá, ou seja, o novo contrato deve abranger a questão toda.
301 Finalizados os questionamentos, Drº Mohamad coloca em votação a aprovação de
302 **Contrato de Complementação de Serviços de Saúde/ Clínica Psiquiátrica de**
303 **Londrina e Villa Normanda. O CMS aprova de forma unanime.** O conselheiro **Cícero**
304 **Cipriano** propõe que sejam escolhidos 2 usuários para fazer da comissão de
305 acompanhamento do referido contrato. O conselho indica os conselheiros Cícero
306 Cipriano Pinto (titular) e Dulcelina Aparecida da Silva (suplente). A seguir é passado ao
307 próximo ponto de pauta: **Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde**
308 **Referente ao Mês de Maio/ 2014.** A diretora financeira da SMS, **Sandra Regina S**
309 **Silva**, faz uso da palavra e inicia a seguinte leitura: **ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO**
310 **DE ACOMPANHAMENTO DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.** *Aos*
311 *onze dias do mês de Agosto de dois mil e quatorze, às quatorze horas, reuniram-se nas*
312 *dependências da Prefeitura do Município de Londrina. Avenida Duque de Caxias, 635, os*
313 *membros da comissão encarregada de acompanhar e fiscalizar a prestação de contas do*
314 *Fundo Municipal de Saúde através da análise do **Relatório Administrativo/Financeiro***
315 *referente ao mês de **Maio/2014.** Estiveram presentes s seguintes membros do Conselho*

316 *Municipal de Saúde: Paulo Fernando Moraes Nicolau, Ildo Ioris, Janaina Mazzer Salinet,*
317 *Elizabeth Urso e os seguintes representantes do Fundo Municipal de Saúde: Sandra*
318 *Regina dos Santos Silva – Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde, Silvana P.*
319 *Tonelli Costa – Tesoureira do Fundo Municipal de Saúde, Marília Gabriela Domingos –*
320 *Secretária do Fundo Municipal de Saúde. Estiveram presentes também os seguintes*
321 *diretores e gerentes: Lucimar Vettori – Diretoria de Servilios Complementares a Saúde,*
322 *Carlos Felipe Machado e Baltazar Amadeo Gongorra – Diretoria Regulação de Atenção*
323 *a Saúde, Fabio Vinicius Macedo – Diretoria de Logística Manutenção e Serviços, Diogo*
324 *Giannini Lopes – Diretoria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, Simone*
325 *Rodrigues Gonçalves e Flavio Luiz de Melo – Diretoria de Atenção Primária, Eduardo*
326 *Cristofoli Silva – Diretoria de Urgência em Saúde e Rosilene Aparecida Machado –*
327 *Diretoria de Gestão de Planejamento em Saúde. A reunião foi iniciada com o conselheiro*
328 *Ildo ressaltando que estava viajando, tendo acesso as cópias no final de semana e as*
329 *mesmas estavam ilegíveis, sendo assim, não foi possível a análise, por esse fato já*
330 *adianta que vai se abster de votar. Na página 26, conselheira Janaina questiona*
331 *despesas de restos a pagar na fonte 498. Sandra esclarece que são despesas*
332 *empenhadas em 2013, na fonte 498 – bloco de assistência farmacêutica, e que estão*
333 *sendo pagos os empenhos conforme a chegada das notas fiscais. Sandra apresenta*
334 *relatório de liquidação, onde o total liquidado até agosto/2014 é de R\$ 2.924.647,96,*
335 *sendo que o saldo financeiro inicial de 2014, era de R\$ 3.394.889,36. Conselheira*
336 *Janaina questiona pagamento e critérios de escala de horas extras na atenção básica.*
337 *Simone esclarece que as horas extras são na sua maioria para médicos, assistentes*
338 *administrativos e auxiliares de enfermagem, alguns dos critérios são por categoria,*
339 *afastamento por doenças, exoneração e férias. Com o teto de R\$ 54.000,00 mensais até*
340 *o final do ano. Ressaltando que essa comissão já havia solicitado a Gestão Pública uma*
341 *análise mais detalhada sobre o assunto. Na página 42, Janaina questiona pagamentos*
342 *para o fornecedor BECTON DICKINSON IND. CIR LTDA, foi apresentado empenho de*
343 *materiais para coleta de exames laboratoriais. Conforme solicitado da reunião anterior,*
344 *foi apresentado o relatório preliminar dos meses de maio e junho /2014 como histórico*
345 *quantitativo assistencial, ficando esse relatório anexo a ata, o qual será posteriormente*
346 *analisando por essa comissão e depois será disponibilizado para os demais*
347 *conselheiros. Ildo relata que esteve juntamente com a conselheira Lazara e a servidora*
348 *Sandra em Curitiba, nos dias 08 e 09/08/2014, em oficina sobre financiamento e sobre a*
349 *lei 141/2012, onde foi ressaltado o importante papel do conselho municipal de saúde de*
350 *ser propositivo, nas políticas públicas em saúde. A próxima reunião desta comissão fica*
351 *agendada para o dia 08/09/2014. Com exceção do conselheiro Ildo, que se abstém*
352 *conforme justificado acima, a comissão do FMS é de parecer favorável aprovação do*
353 *relatório Administrativo/Financeiro do Mês Maio/2014. Não estiveram presentes os*
354 *conselheiros, Natal de Oliveira, Marcia Zambrim, Lazara Regina Rezende, Wagner*
355 *Aguiar Almeida. A reunião é encerrada às quinze horas e trinta minutos. Londrina onze*
356 *de Agosto de 2014. **Sandra Regina** encerra sua apresentação. O conselheiro **Cícero***
357 ***Cipriano Pinto** coloca que foi justificada a ausência do senhor Natal, que foi*
358 *homenageado recentemente nos 64 anos do Senai, no entanto, na ata não consta a*
359 *justificativa de ausência, inclusive deveria tê-lo substituído nesta reunião mas teve de*
360 *comparecer a reunião do CONSUS, logo, gostaria que constasse essa ressalva com*

361 relação a ata. **Cícero** questiona a respeito de notas de prestação de serviços de
362 manutenção de veículos, pois verificou algumas questões e vai pontua-las na próxima
363 reunião da comissão do fundo, logo, gostaria de saber como está o contrato desta
364 prestação de serviços, pois, salvo engano, este contrato foi prorrogado ou renovado, já
365 que se isso de fato ocorreu, deveria ter passado pelo CMS. **Cícero** questiona qual o
366 conselheiro está na comissão de análise do contrato de prestação de serviços de
367 manutenção de veículos, pois infelizmente ainda percebe que há indícios de algumas
368 irregularidades, assim como diz a corregedoria e procuradoria em uma auditoria que foi
369 feita. **Sandra Regina** explica que o contrato não é somente da saúde e sim do município
370 todo, portanto, não sabe responder no momento se isso teria de passar pelo CMS. O
371 conselheiro **Cícero Cipriano** questiona se existe algum profissional técnico para avaliar
372 a manutenção feita nos veículos. **Sandra** questiona se o conselheiro refere-se ao
373 profissional mecânico. **Cícero** confirma que se refere a um mecânico. **Sandra** responde
374 que até onde sabe não existe o cargo de mecânico dentro da SMS. **Cícero** questiona se
375 existe um contrato de prestação de serviços para vencer nos próximos meses. **Sandra**
376 responde que são muitos contratos existentes e pede para que o conselheiro seja mais
377 específico. **Cícero** coloca que se refere aos contratos na área da saúde, pois aqui estão
378 sendo analisadas as contas da saúde. **Sandra** responde que embora estejam sendo
379 analisadas as contas da saúde, dentro da saúde existem os prestadores, que são os
380 hospitais e clínicas, e há outros contratos de serviço como o serviço de limpeza,
381 manutenção de veículos, entre outros. **Cícero** diz que seu questionamento é
382 especificamente sobre o contrato dos prestadores, devido a questão da desassistência,
383 pois normalmente as contas analisadas pelo CMS são de 2 ou 3 meses atrás, ou seja,
384 como trata-se de um serviço que já foi prestado, tenta criar um acompanhamento in loco
385 do que esta sendo gasto no momento atual, até para que se tenha um pouco mais de
386 controle destas contas, inclusive a própria comissão do fundo está agendando um visita
387 in loco para verificar estas questões, ate para que se possa fazer um trabalho de vistoria
388 e ver como o recurso esta sendo empregado. **Cícero** questiona como está a situação do
389 consórcio de medicamentos. **Sandra** relata que todos os contratos tramitam dentro da
390 diretoria de gestão financeira. No tocante aos prazos de vencimentos, isso não aparece
391 nesta prestação de contas administrativo financeira, mas poderia ter sido trazido caso o
392 conselheiro tivesse solicitado com antecedência. **Sandra** pede que os conselheiros
393 solicitem com antecedência as demandas, de modo que as respostas possam ser
394 trazidas na reunião do CMS. **Sandra** coloca que pode encaminhar aos conselheiros um
395 quadro da situação dos vencimentos dos contratos. **Na sequência, o CMS aprova a**
396 **Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde Referente ao Mês de Maio/**
397 **2014.** O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto** pede declaração de voto e coloca que sua
398 provação é com ressalvas relacionadas às auditorias e ao controle do gestor nos gastos
399 de recursos nas reformas das UBS's. A seguir é passado ao próximo ponto de pauta:
400 ***Relatório do Recurso Utilizado no Projeto Violência no Transito- Sandra Caldeira.***
401 **Sandra Caldeira** inicia a seguinte apresentação: *Projeto Violência no Trânsito - Portaria*
402 *nº227/2011 – SVS/MS - DADOS ACIDENTES DE TRÂNSITO OCORRIDOS EM*
403 *LONDRINA- 2013: 4.068 ACIDENTES DE TRÂNSITO; 4.939 VÍTIMAS; 51*
404 *ÓBITOS (22 RELACIONADO A MOTO); 406 ATROPELAMENTOS; 153*
405 *ACIDENTES MOTO x MOTO; 764 QUEDA DE MOTO; 1.496 ACIDENTES AUTO X*

406 MOTO (Fonte: Placar da vida/2013-CMTU), RECURSO RECEBIDO: R\$ 75.000,00,
407 AÇÕES PREVISTAS: Implantação de Observatório de Trânsito, com condensação das
408 informações dos diversos sistemas de informação; Ações educativas para os alunos das
409 escolas estaduais do ensino médio; AÇÕES REALIZADAS: Construção de planilha em
410 conjunto com a CMTU contendo informações a respeito dos acidentes de trânsito
411 ocorridos no município; Participação nas reuniões do GT do trânsito; Participação da
412 Comissão de avaliação das informações referentes aos acidentes de trânsito;
413 RECURSOS FINANCEIROS UTILIZADOS: 07 microcomputadores - R\$19.799,36, 02
414 notebooks - R\$ 5.709,34 Total - R\$ 25.508,70, Saldo - R\$ 49.491,30,
415 REFORMULAÇÃO DO PROJETO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES NO TRÂNSITO,
416 Atividades educativas nas escolas estaduais do ensino médio, com distribuição de
417 banners, estojos e pastas alusivos a prevenção de acidentes no trânsito; Participação
418 nas reuniões do GT do trânsito com apresentação das informações coletadas
419 relacionadas aos acidentes de trânsito no município, bem como proposta de ações de
420 prevenção; Produção de material educativo como: folders , cartazes e pochetes,
421 construção de slides com dados atualizados, a fim de desenvolver ações preventivas
422 junto aos grupos de risco, como mototaxistas, motofretistas e alunos das auto escolas;
423 Capacitação de profissionais de médicos, gerentes de serviços de urgência e
424 emergência a respeito do preenchimento das Declarações de Óbito. APLICAÇÃO DE
425 RECURSOS: Banner de 1m² (70 unidades) R\$ 10.500,00; Folder (20.000 unidades)
426 R\$ 5.000,00; Coffee break (para 300 pessoas) R\$ 3.000,00; Cartazes (3.000 unidades)
427 R\$ 3.500,00; Estojos escolares (2.000 unidades) R\$ 5.200,00; Pastas plásticas com
428 fecho (3.000 unidades) R\$ 8.300,00; Pochete de cintura (400 unidades) R\$10.000,00;
429 Projetor de multimídia (01 unidade) R\$ 4.000,00. Total: R\$ 49.500,00.
430 CRONOGRAMA - Atividades educativas com alunos do ensino médio nas instituições
431 estaduais. 1º e 2º semestre 2015; Construção de planilha informativa a respeito de
432 acidente de trânsito: 1º e 2º semestre de 2014 e 2015; Participação nas reuniões do
433 Núcleo de Mobilidade Urbana: 1º e 2º semestre de 2014 e 2015; Intensificação das
434 estratégias de educação e promoção: 2º semestre de 2014, 1º e 2º semestre 2015;
435 Capacitação de profissionais de médicos, gerentes de serviços de urgência e
436 emergência a respeito do preenchimento das Declarações de Óbito: 2º semestre de
437 2014, 1º e 2º semestre 2015; Atividades educativas nas auto escolas e empresas de
438 mototaxistas e motofretistas: 2º semestre de 2014, 1º e 2º semestre 2015. **Sandra**
439 encerra a apresentação. A conselheira **Juvira Barbosa Cordeiro** questiona se o
440 pedestre não foi contemplado na campanha, pois vê muito pedestre atravessando na
441 faixa, mas, com o semáforo fechado para ele, logo, é preciso fazer algo com relação a
442 este comportamento de muitos pedestres. O conselheiro **Cícero Cipriano Pinto**
443 parabeniza o trabalho da equipe diz que fica muito contente quando se sai do discurso e
444 vai para a ação, principalmente no que tange a prevenção, no entanto, fica preocupado
445 com a fala de que mais uma vez não foi possível avançar em decorrência da falta de
446 habilidade da secretaria de gestão, pois muitas vezes o grande entrave é a SMG, e o
447 conselho já fez até resolução sobre a questão da retomada autarquia e mais uma vez se
448 vê que isso não avançou. **Cícero** questiona a respeito do item – estojos escolares (2000
449 unidades). **Cícero** diz que foi muito discutida a questão da sala de espera em unidades
450 de saúde, logo, poderia se trabalhar com um material educativo nestas salas de espera

451 para educação deste público. O conselheiro **Eliei Joaquim** faz uso da palavra e coloca
452 que foi apresentado dado de acidentes de moto, porém, não a informação sobre quantos
453 são óbitos e quantas amputações, logo, ficou muito vago. **Eliei** apoia a fala da
454 conselheira Juvira sobre os pedestres e seria interessante uma educação maior sobre
455 isso, inclusive com colocação de cartazes nos ônibus, pois o projeto ficou vago e está
456 faltando alguma coisa. **Eliei** diz que é importante colocar quantos acidentes levaram a
457 óbito e quantos levaram a amputações e outros atendimentos. A conselheira **Dulcelina**
458 diz que concorda na questão de se avançar no debate, pois é motociclista há 33 anos e
459 já viu muitos jovens já perderem a vida em uma moto. **Dulcelina** diz que observou que
460 faltam algumas coisas no projeto e seria interessante colocar, pois existe um recurso e
461 ele deve ser bem investido, no sentido de que se avance na questão, pois todos aqui
462 presentes devem ter ao menos uma pessoa na família que anda de moto. **Dulcelina** diz
463 que sempre vê as empresas vendendo motos para meninas e meninos, que saem
464 andando pelo trânsito em uma via rápida com motoristas falando que o lugar da moto é
465 na calçada e que vão passar por cima, então, é preciso envolver nesta comissão e neste
466 projeto uma coisa muito maior: álcool e drogas, ou seja, jovens andando alcoolizados em
467 cima de motos, postos de gasolina vendendo álcool não somente para motoristas que
468 atropelam motoqueiros como para meninos que compram latinha e saem de moto.
469 **Dulcelina** prossegue e diz que na hora do rush todos saem loucos para chegar a suas
470 casas e é nesta hora que os motoqueiros saem fazendo ziguezague nos meio do
471 trânsito, ou seja, é um horário perigosíssimo. **Dulcelina** observa que a maioria dos óbitos
472 é de jovens do sexo masculino, envolve álcool e finaliza dizendo que a discussão deve
473 envolver a Comissão de Saúde Mental, comissão do conselho de álcool e drogas,
474 conselho da pessoa com deficiência, pois muitos ficam paraplégicos e este estudo não
475 foi apresentado, ou seja, o debate deve ser ampliado. **Sandra Caldeira** coloca que a
476 discussão sobre o trânsito é muito mais ampla que a SMS, pois os acidentes de trânsito
477 são como a situação da dengue, ou seja, a SMS fica somente com as consequências.
478 **Caldeira** diz que optou por esta situação, porque, enquanto vigilância epidemiológica é
479 preciso trabalhar as violências de um modo geral, sendo que dentro destas violências
480 optou por trabalhar a violência no trânsito, que é um projeto do Ministério da Saúde.
481 Enquanto estatística, que é o que foi apresentado ao CMS, se for trabalhar com o
482 trânsito existem inúmeras linhas para trabalhar, enquanto vigilância epidemiológica,
483 enquanto violência no trânsito, enquanto seu trabalho e que trabalha com declarações de
484 óbitos e as motivações e as causas disso, identificou que 51 óbitos por óbitos por
485 acidentes de trânsito no município de Londrina, 22 foram relacionados motos, e por isso
486 que o trabalho foi direcionado a este público e também ao público jovem, de maneira a
487 conscientizar o jovem antes que ele obtenha a habilitação. **Caldeira** diz que o objetivo do
488 estójo é de fornecer alguma coisa que lembre a prevenção ao aluno, sendo que é um
489 estójo de pano que possui alguns informes preventivos e algumas capas para eles
490 colocarem os trabalhos, também com informes de prevenção, e a intenção é de colocar
491 nos banners que vão para as escolas o informativos de dados, sendo que é com esta
492 finalidade que foi reconstruído o projeto, pois na verdade ele já foi aprovado, mas achou
493 interessante trazer ao CMS, e o projeto já foi reformulado e encaminhado à secretaria de
494 estado. A conselheira **Isaltina Pires Cardoso** faz uso da palavra e diz que o grande
495 índice de acidentes se deve ao álcool. **Isaltina** sugere que seja feita uma parceria com o

496 Detran e distribuídos panfletos e apresentados vídeos educativos nas salas de espera
497 das unidades. **Isaltina** pergunta se os alunos que vão passar por curso são
498 adolescentes, inclusive poderia ser solicitada uma verba para incluir a educação de
499 crianças de 9 a 11 anos. A conselheira **Artemízia Bertolazzi Martins** refere que o
500 Sindicato dos Hospitais e Clínicas de Londrina participa de uma ação junto com o Detran
501 para prevenção de acidentes, com uma ajuda de patrocínio de cartilhas educativas.
502 **Artemizia** diz que o problema do transito é uma praga que está lotando os prontos
503 socorros, com pessoas jovens ficando afastadas de suas atividades por conta de
504 acidentes, principalmente de motos. **Artemízia** coloca que é importante aumentar as
505 parcerias, inclusive o sindicato poderia trabalhar junto com o a SMS, pois os hospitais
506 tem todo interesse em diminuir os acidentes na cidade. O conselheiro **José Apº Martins**
507 sugere que a SMS convide o sindicato dos moto-taxistas, pois o sindicato trabalha na
508 conscientização dos entregadores em geral legalizados. **Martins** sugere que a SMS faça
509 uma parceria com o Sinduscon, Sintacron e também o sindicato dos moto-taxistas.
510 **Martins** diz que o município deveria entrar com a estrutura, e o prefeito disse que não
511 tem funcionário, mas tem muitos desempregados e é só convocar. **Martins** diz que a
512 questão do trânsito é um problema e todas as autoridades devem ser pressionadas, pois
513 o motociclista tem o direito de trabalhar e seu modo é daquele jeito mesmo,
514 ziguezagueando e fechando os carros. A conselheira **Maria Osvaldina** coloca que além
515 do transito, gostaria também de uma parceria da SESA. **Osvaldina** diz que já ligou
516 varias vezes para a CMTU devido a falta da faixa de pedestre na rua Minas Gerais perto
517 do Bradesco, pois é um lugar muito perigoso, logo, a CMTU precisa verificar estas
518 questões. O conselheiro **Fernando Iwamoto** diz que muitos produtos como estojos e
519 pochetes são poucos usados e tem pouco impacto educativo, por isso, poderiam ser
520 feitos adesivos para carros. Iwamoto sugere sejam feitas blitz educativas nos bares e
521 shoppings, onde há maior concentração de jovens, principalmente no período noturno. O
522 promotor **Paulo Tavares** faz uso da palavra, parabeniza a Vigilância Epidemiológica pelo
523 projeto e coloca que há muito o MP está solicitando que a SMS entre nesta guerra do
524 trânsito. Tavares relata que foi criado há quase 2 anos um grupo de trabalho do transito,
525 que se reúnem todo o mês no MP, sendo que a Sandra Caldeira, juntamente com a
526 Maria de Fátima, participam representando a SMS, e onde participa também a CMTU,
527 PM, Auto Escolas, Seguradoras, Secretaria do Idoso, inclusive muitos idosos estão
528 sendo atropelados no Brasil, Sindicato dos Moto taxistas, o qual já apresentou, diante da
529 provocação do MP, a relação de mais de 100 empresas de Londrina que contratam
530 ilegalmente motofretistas e moto taxistas. Tavares prossegue e coloca que em Londrina,
531 somente até o mês de julho, ocorreram mais de 60 mortes no trânsito, destas, mais de
532 35 relacionadas a motos, ou seja, os números são absurdos. **Tavares** diz ainda que são
533 varias frentes e o CMS precisa entrar nesta guerra, e o MP está provocando o município
534 para que melhore e tenha mais agentes de transito na CMTU, pois é um absurdo não ter
535 nem 40 agentes na cidade. O MP está convencido que a questão do transito tem de ser
536 encarada com educação e também com repressão, por isso o GT tem provocado um
537 aumento no numero de blitz na cidade, inclusive mais blitz serão realizadas, pois no
538 mundo todo a repressão caminha com a educação, mais infelizmente não há vídeos
539 vigias e radares fixos e o município está demorando muito no processo licitatório e o MP
540 está cobrando isso. A questão do pé na faixa foi uma iniciativa do MP e isso tem

541 melhorado, mas tem cobrado a CMTU para que haja mais fiscalização nestes locais, pois
542 é preciso multar o motorista que não respeita as faixas, pois a intenção é que haja o
543 respeito para travessia do pedestre. A questão da educação para o adulto é algo
544 complicado, pois o adulto já sabe o que é certo e errado e está habilitado a dirigir, por
545 isso, a ênfase deve ser com as crianças, mas esta sendo viabilizada uma campanha de
546 educação de trânsito a ser veiculada nos órgãos de imprensa. **Tavares** finaliza e diz que
547 a parceria com a SMS é importante e também a participação do CMS, pois é importante
548 trabalhar mais a prevenção, já que o SUS não vai dar conta e hoje já existe uma
549 defasagem de mais de 1 milhão de reais no teto financeiro, e mesmo sendo otimista e
550 houver uma complementação e um aumento no teto, mesmo assim o SUS de Londrina
551 não vai suportar esse número de acidentes na cidade, por isso, o CMS deve refletir sobre
552 o assunto, inclusive todos estão convidados a participar da próxima reunião do grupo que
553 acontecerá na próxima quinta, às 09:00, na central de atendimento ao cidadão. A
554 conselheira **Janaína Mazzer Salinet** propõe que, visando à avaliação da efetividade do
555 projeto, ao final de cada ano, se faça uma apresentação dos dados e dos indicadores no
556 final de 2014 e de 2015, esclarecendo as conquistas e as fragilidades encontradas, se
557 possível fazendo um recorte da saúde principalmente no tocante às portas de entrada.
558 Salinet questiona se existe alguma lei específica sobre acompanhante menor de idade
559 em garupa de moto. A conselheira **Ana Paula Cantelmo** questiona qual a avaliação da
560 SMS a respeito da qualidade das informações trabalhadas. **Cantelmo** sugere que o CMS
561 tenha um representante no Grupo de Trabalho do MP. **Cantelmo** questiona se o número
562 de atropelamentos tem aumentado, pois o número é assustador. Cantelmo coloca que a
563 PML poderia sugerir que todas as empresas, em suas SIPAT's (Semana Interna de
564 Prevenção de Acidentes no Trabalho), apresentem temas relacionados à segurança no
565 trânsito. **Cantelmo** sugere que sejam feitas blitz nas universidades, onde há muitas
566 pessoas conduzindo motos sem habilitação. A Diretora **Suzana Verlingue** coloca que
567 de cada 100 motos vendidas em Londrina somente 60 são para pessoas habilitadas.
568 **Sandra Caldeira** diz que com relação aos dados, o que cabe à Vigilância
569 Epidemiológica são as declarações e óbitos para identificar se o mesmo foi relacionado a
570 acidente de trânsito, mesmo que tenha ocorrido depois de anos, sendo que é feita uma
571 parceria junto com a CMTU, que faz um levantamento dos locais dos acidentes e uma
572 correlação com os óbitos. Com relação a sequelas e internações, essas informações são
573 buscadas em outros locais. **Drº Mohamad El Kadri** diz que antes de passar ao ponto de
574 pauta seguinte, gostaria de deixar um agradecimento à conselheira Joelma, que está
575 deixando o CMS e indo para a 17ª RS. A conselheira **Joelma Carvalho** agradece as
576 palavras e pede que não se volte a viver os momentos lá atrás, momentos estes de
577 conflitos, falta de educação e respeito ao próximo, pois o CMS teve um crescimento, e,
578 embora no momento esteja como gestora, o que fica é caráter da pessoa e isso não
579 muda. Joelma diz que vai estar sempre participando das reuniões do CMS e agradece a
580 todos. O conselheiro **Cícero Cipriano** solicita a aprovação do nome do conselheiro que
581 irá participar do Grupo de Trabalho do MP. Cícero propõe que outras secretarias sejam
582 envolvidas no projeto, fazendo assim uma política intersetorial, pois a saúde não pode
583 ficar com o ônus do problema. **Cícero** propõe que o CMS faça uma resolução para a
584 secretaria de gestão e garanta que esse recurso seja de fato aplicado para este fim e o
585 quanto antes. O conselheiro **Eliei Joaquim** apoia a proposta da conselheira Ana Paula.

586 Na sequencia, o CMS vota e aprova o encaminhamento e indica o nome da conselheira
587 Ana Paula Cantelmo como representante do CMS junto ao grupo de trabalho do MP.
588 Seguindo os trabalhos é passado ao ponto de pauta: **Apresentação da Lei de**
589 **Orçamentária Anual - LOA/2015. Sandra** inicia a seguinte apresentação:
590 **APRESENTAÇÃO PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2015 - FUNDO MUNICIPAL DE**
591 **SAÚDE DE LONDRINA - DGFCs – Diretoria de Gestão Financeira, Compras e**
592 **Serviços** –Fontes cadastradas: Fonte 001 Recursos do Tesouro (Descentralizados);
593 Fonte 303 Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%); Fonte 304 Alienação de
594 Ativos – Saúde; Fonte 347 Desenvolvimento Tecnológico e Qualificação da Gestão; 355
595 Convênio – Semana Mundial de Aleitamento Materno / MS /CAIXA; 358 Conv. Nº 028/13
596 – Estrut. da Rede de Saúde Mental – SESA/FUNSAUDE; 369 Serviços Prestados SUS /
597 Faturamento AIH's – Exercício Corrente; Fonte 495 Atenção Básica; Fonte 496 Atenção
598 de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; Fonte 497 Vigilância em
599 Saúde; Fonte 498 Assistência Farmacêutica; Fonte 498 Assistência Farmacêutica; Fonte
600 499 Gestão do SUS; Fonte 500 Bloco de investimento na Rede de Serviço de Saúde;
601 Fonte 510 Taxas-Exercício Poder de Policia. Fonte 001 Despesa R\$ 116.000,00,
602 Receita R\$ 116.000,00; Fonte 303 Despesa R\$ 203.239.000,00, Receita R\$
603 203.203.000,00; Fonte 304 Despesa R\$ 5.000,00, Receita R\$ 5.000,00; Fonte 347
604 Despesa R\$ 361.000,00, Receita R\$ 361.000,00; Fonte 355 Despesa R\$ 1.000,00,
605 Receita R\$ 1.000,00; Fonte 358 Despesa R\$ 3.630.000,00, Receita R\$ 3.630.000,00;
606 Fonte 369 Despesa R\$ 13.500.000,00, Receita R\$ 13.500.000,00; Fonte 495 Despesa
607 R\$ 30.434.000,00, Receita R\$ 30.434.000,00; Fonte 496 Despesa R\$ 239.162.000,00,
608 Receita R\$ 239.162.000,00; Fonte 497 Despesa R\$ 4.250.000,00, Receita R\$
609 4.250.000,00; Fonte 498 Despesa R\$ 1.382.000,00, Receita R\$ 1.382.000,00; Fonte
610 499 Despesa R\$ 260.000,00, Receita R\$ 260.000,00; Fonte 500 Despesa R\$
611 10.012,00, Receita R\$ 10.012.000,00; Fonte 510 Despesa R\$ 1.780.000,00, Receita R\$
612 1.780.000,00; Total Despesa R\$ 508.132.000,00, Total 508.132.000,00. **DESPESAS**
613 **POR CATEGORIA** (3.1) Pessoal + Encargos Sociais R\$ 221.198.000,00, (3.3) Outras
614 Despesas Correntes R\$ 271.691.000,00, (4.4) Investimentos R\$ 15.243.000,00.
615 **COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE**
616 **LONDRINA – 6-077-** Manter as atividades de Coordenação e Administração do Fundo
617 Municipal de Saúde e implementar novos serviços e tecnologias em saúde. Atender Lei
618 nº 11.794, de 26 de dezembro de 2012. Com recursos previstos na Emenda
619 Constitucional nº 029/2000 e da União/SUS. **Municipal** R\$ 13.892.000,00, **Federal** R\$
620 748.000,00. Fonte 303: Pessoal R\$ 13.782.000,00, Desp. Correntes R\$ 110.000,00 num
621 total R\$ 13.892.000,00. Fonte 347 Desp. Correntes R\$ 358.000,00, Fonte 495 Desp.
622 Correntes R\$ 175.000,00, Fonte 499 Desp. Corrente R\$ 215.000,00. Num total de
623 14.640.000,00 - OBRAS E EQUIPAMENTOS – FMS – 5-052 - Construir / reformar /
624 ampliar Unidades Básicas de Saúde na região norte em 433 m²; construir / reformar /
625 ampliar Unidades Básicas de Saúde na região sul, em 990 m²; construir / reformar /
626 ampliar Unidades Básicas de Saúde na região leste, em 500 m²; construir / reformar /
627 ampliar Unidades Básicas de Saúde na região oeste, em 2.085,77 m²; construir /
628 reformar / ampliar Unidades Básicas de Saúde na zona rural, em 481,92 m²; construir /
629 reformar / ampliar Unidades da Rede de Urgência e Emergência no Município, em
630 775m²; construir / reformar / ampliar Unidades da Rede de Atenção Psicossocial no

631 Município, em 500 m²; construir / instalar / reformar e ampliar outras edificações no
632 Município, em 3.244 m². Adquirir aparelhos, equipamentos, utensílios médico-
633 hospitalares, odontológicos, laboratoriais, 1.695 unidades. Adquirir aparelhos e
634 equipamentos de comunicação, 160 unidades; adquirir 50 aparelhos e equipamentos
635 para esportes e diversões; 174 aparelhos e utensílios domésticos; 150 equipamentos de
636 proteção, segurança e socorro; 02 máquinas e equipamentos de natureza industrial; 07
637 máquinas e equipamentos energéticos; 225 equipamentos para áudio, vídeo e foto; 200
638 máquinas, utensílios e equipamentos diversos; 96 equipamentos de processamento de
639 dados; 538 máquinas, instalações e utensílios de escritório; 11 máquinas, ferramentas e
640 utensílios de oficina; 425 mobiliários em geral; 33 veículos de tração mecânica; 20
641 equipamentos e sistemas de vigilância ambiental. Com recursos previstos na Emenda
642 Constitucional nº 029/2000; da União/SUS; de alienação de bens e da Taxa de Vigilância
643 Sanitária. Obras e equipamentos -FMS – 5 -052 – fonte 303: Obras R\$ 2.093.000,00,
644 Equipamentos R\$ 1.226.000,00 num total R\$ 3.319.000,00. Fonte 500: Obras R\$
645 9.349.000,00, Equipamentos R\$ 647.000,00 num total de R\$ 9.995.000,00, Fonte
646 304:Equipamentos R\$ 5.000,00, investimento R\$ 11.000,00, Fonte R\$ 1.208.000,00,
647 Fonte 496 R\$ 301.000,00, Fonte 497 R\$ 253.000,00, Fonte 499 R\$ 44.000,00, R\$
648 Equipamentos R\$ 1.000,00, fonte 510 R\$ 100.000,00, Num Total 15.237.000,00. Ações
649 de Atenção Básica à Saúde – 6-078, Manter as Atividades de Atenção Básica e contratar
650 Servidores Com recursos previstos na Emenda Contitucional nº 029/2000 e da União
651 /SUS. Verba Municipal R\$ 84.934.000,00, Verba Est./Federal R\$ 30.216.000,00. Folha
652 de pagamento: fonte 303 R\$ 82.662.000,00, fonte R\$ 8.813.000,00 num total de R\$
653 91.475.000,00. Demais Desp. Concorrentes: fonte 303 R\$ 2.242.000,00, fonte 495 R\$
654 20.238.000,00; fonte 498 R\$ 1.163.000,00; fonte R\$ 1.000,00; fonte 355 R\$ 1.000,00;
655 num total R\$ 23.645.000,00 -PARTICIPAÇÃO CONSÓRCIO INTERGESTORES -
656 **PARANÁ SAÚDE – 6-079** - Repassar ao Consórcio Intergestores Paraná Saúde os
657 recursos municipais relacionados a contrapartida obrigatória para aquisição de
658 medicamentos, insumos, bens e serviços necessários ao desenvolvimento de atividades
659 ambulatoriais, hospitalares, de controle de doenças entre outras, comuns aos municípios
660 e contribuições financeiras, conforme convênio. Com recursos previstos na
661 EC029/2000.Fonte 303: Rateio R\$ 80.000,00; Serviços R\$ 1.000,00, num total de R\$
662 81.000,00. **AÇÕES E SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – 6-080 -**
663 Manter as atividades de Média e Alta Complexidade e contratar servidores. Com
664 recursos previstos na Emenda Constitucional nº 029/2000, do estado, da União/SUS e
665 de serviços prestados. Municipal R\$ 78.983.000,00; faturamento R\$ 13.489.000,00;
666 Federal/Estadual R\$ 235.395.000,00. Fonte 303: Pessoal R\$ 75.854.000,00 e Desp.
667 Correntes 3.129.000,00 num total de R\$ R\$ 79.983.000,00. Fonte 369 Desp. Correntes
668 R\$ 13.489.000,00; Fonte 496: pessoal R\$ 9.394.000,00 e Desp. Correntes R\$
669 222.371.000,00 num total de R\$ 231.765.000,00; Fonte 358 Desp. Correntes R\$
670 3.630.000,00. Total geral de R\$ 327.867.000,00. **SAMU - SERVIÇO DE ATENDIMENTO**
671 **MÓVEL DE URGÊNCIA – 6-110** -Manter as atividades do Serviço de Atendimento Móvel
672 de Urgência - SAMU e Central de Regulação do SAMU e contratar servidores. Com
673 recursos previstos na Emenda Constitucional nº 029/2000 e da União/SUS. Recurso
674 Municipal R\$ 8.720.000,00, Est/Federal R\$ 7.096.000,00 Fundo 303: pessoal R\$
675 8.604.000,00 e Desp. Correntes R\$ 116.000,00 com Total de R\$ 8.720.000,00; Fonte

676 496: Pessoal R\$ 6.318.000,00 e Desp. Correntes R\$ 778.000,00 num total de R\$
677 7.096.000,00 num total R\$ 15.816.000,00. **ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA –**
678 **6-081** - Manter as atividades de Vigilância Sanitária e contratar servidores. Com recursos
679 previsto na Emenda Constitucional nº 029/2000, da Taxa de Vigilância Sanitária e da
680 União / SUS. Recurso Municipal R\$ 4.839.000,00; Taxa de Vigilância Sanitária R\$
681 1.680.000,00 e Recurso Federal/Estadual R\$ 221.000,00. Fonte 303: Pessoal R\$
682 4.827.000,00 e Desp. Correntes 12.000,00 com total de R\$ 4.839.000,00, Fonte 510:
683 Pessoal R\$ 754.000,00 e Desp. Correntes R\$ 926.000,00 total de R\$ 1.680.000,00. Fonte
684 497: Pessoal R\$ 26.000,00 e Desp. Correntes R\$ 195.000,00 com total de R\$
685 221.000,00. Total geral de R\$ 6.740.000,00. **AÇÕES DE VIGILÂNCIA**
686 **EPIDEMIOLÓGICA – 6-082** -Manter as atividades de Vigilância Epidemiológica e
687 contratar servidores. Com recursos previstos na Emenda Constitucional nº 029/2000 e da
688 União/SUS. Recurso Municipal R\$ 8.472.000,00 e Est./Federal R\$ 3.776.000,00. Fonte
689 303: Pessoal R\$ 8.108.000,00 e Desp. Correntes 363.000,00 num total de R\$
690 8.471.000,00; Fonte 001: Desp. Correntes R\$ 1.000,00. Fonte 497: Pessoal R\$
691 2.045.000,00 e Desp. Correntes R\$ 1.731.000,00 num total de R\$ 3.776.000,00. Total
692 geral de R\$ 12.248.000,00. **ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA – 0-029.**
693 Efetuar o pagamento do parcelamento de dívida junto ao Fundo Nacional de Saúde,
694 referente a devolução de recursos do Convênio para Aquisição de Ambulâncias,
695 conforme Termo 105/2009. Com recursos de Interferências Financeiras do Município.
696 Fonte 001: R\$ 65.000,00; **INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES – 0-030** - Pagar
697 Indenizações e Restituições. Com recursos de interferências financeiras do Município, do
698 estado e da União. Fonte 001 R\$ 4.000,00, Fonte 500 R\$ 15.000,00, Fonte 347 R\$
699 2.000,00 num total de R\$ 21.000,00. **UNIDADE 020 - FARMÁCIA POPULAR - OBRAS**
700 **E EQUIPAMENTOS - FARMÁCIA POPULAR – 5-053-** Construir e implantar Farmácias
701 Populares do Brasil. Com recursos da União e de interferências financeiras do Município
702 a título de contrapartida. OBRAS: Fonte 001 R\$ 1.000,00, Fonte 498 R\$ 1.000,00 e
703 Fonte 500 R\$ 1.000,00. EQUIPAMENTOS: Fonte 001 R\$ 1.000,00, Fonte 498 R\$
704 1.000,00e Fonte 500 R\$ 1.000,00. **MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA POPULAR DO**
705 **BRASIL – 6-083** - Manter as atividades de Farmácia Popular. Com recursos da União e
706 de interferências financeiras do Município a título de contrapartida. Fonte 001 Pessoal
707 R\$ 7.000,00 e Despesas Correntes R\$ 38.000,00 num total de R\$ 45.000,00. Fonte 498:
708 Pessoal R\$ R\$ 5.000,00 e Despesas correntes R\$ 212.000,00 num total de R\$
709 217.000,00. Total geral de R\$ 262.000,00 **GRAFICO DEMONSTRATIVO DA**
710 **APLICAÇÃO DE RECURSOS NA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO FMS PARA O**
711 **EXERCÍCIO DE 2015, POR PROJETO/ATIVIDADE NUM TOTAL DE R\$**
712 **508.132.000,00.** Investimento R\$ 3,00%, Coordenação e Adm. FMS 2,88%, Atenção
713 Básica 22,66%, Média e Alta Complexidade 64,52%, SAMU 3,11%, Vigilância Sanitária
714 R\$ 1,33%, Vigilância Epidemiológica R\$ 2,41%, Cons. Saúde 0,02%, Dívida e
715 Indenizações 0,02%, Farmácia Municipal 0,05%. **GRÁFICO DEMONSTRATIVO DA**
716 **APLICAÇÃO DE RECURSOS, RELATIVOS À EC 29/2000, NA PROPOSTA**
717 **ORÇAMENTARIA DO FMS PARA O EXERCÍCIO DE 2015, POR**
718 **PROJETO/ATIVIDADE; TOTAL DE R\$ 203.239.000,00** Investimento R\$ 1,63%,
719 Coordenação e Adm. FMS 6,84%, Atenção Básica 41,79%, Média e Alta Complexidade
720 38 66,%, SAMU 4,29%, Vigilância Sanitária R\$ 2,38%, Vigilância Epidemiológica R\$

721 4,17% e Cons. Saúde 0,04%, Dívida. A apresentação é encerrada. O conselheiro **Eliei**
722 **Joaquim** diz que foram discutidas duas questões na comissão que não estão
723 contempladas na LOA, uma delas é o Vigiasus, que contempla 450 mil por mês para
724 Londrina e precisa estar contemplado na LOA, sendo outra a questão do recurso para
725 locação de sala para reuniões do CMS, logo, gostaria que isso fosse contemplado.
726 Sandra coloca que a apresentação não está tão detalhada, na verdade, essa despesa
727 tem de correr por conta da fonte 303 e o recurso está alocado dentro da classificação da
728 despesa, sendo que a de locação de um prédio seria a 33.90.39, o seja, consta a
729 despesa, mas não é possível fazer um detalhamento tão específico assim. O conselheiro
730 **Cícero** diz que seria interessante destacar o que é estimativa orçamentaria, inclusive
731 nessa questão de licitação de um prédio foi garantido a questão do empenho do serviço,
732 e o que vai ser feito depois é todo um processo e é isso que o CMS quer ouvir, que isso
733 está contemplado e que em 2014 e 2015 já estará contemplado, inclusive para a
734 secretaria do CMS que está em uma condição insalubre. O conselheiro **Ildo Ioris** diz que
735 gostaria de chamar a atenção para o fato de que deve se trabalhar para que o gasto com
736 a atenção básica ultrapasse a média e alta complexidade, inclusive gostaria de
737 parabenizar o município por já ter feito isso. A conselheira **Artemízia Martins** questiona
738 se o orçamento previsto irá contemplar o ano de 2015 todo e qual a expectativa da
739 diretoria financeira para honrar todos os compromissos com este orçamento. A
740 conselheira **Isaltina Pires** questiona que vários valores na página 5 estão com valor
741 proposto zero. **Sandra** responde que o orçamento do município é único e os valores com
742 zero são despesas que não existem na saúde. No tocante ao questionamento da
743 Artemízia, a expectativa é de tranquilidade para honrar os compromissos referentes a
744 2015 e a esperança é que o teto seja aumentado, ou seja, a situação é melhor que o teto
745 deste ano. Sandra coloca que o governo federal investe mais em média e alta
746 complexidade do que em atenção básica, mas no município isso está meio a meio. O
747 conselheiro **Jeremias** coloca que na verdade foi uma notícia ruim o investimento cair de
748 217 para 203, e se formos avaliar a previsão de despesa com base naquilo que foi
749 apresentado, daqueles 8 milhões de reais, somados todas fontes não daria 508, e se
750 formos verificar o que vai ser utilizado com receita própria, seria 203, e teríamos uma
751 equivalência de 40%, ou seja, 40% do orçamento da saúde advém de recursos do
752 município e 60% de outras fontes. Jeremias diz que historicamente o município de
753 Londrina aplica mais 15%, ou seja, alguma coisa precisa ser cortada, logo, gostaria de
754 saber onde foi cortado. O conselheiro **José Carlos** questiona a respeito do recurso do
755 Vigiasus. Jose Carlos destaca a importância de investimentos em vigilância em saúde,
756 pois são ações de promoção e prevenção em saúde. **Sandra** diz que no tocante aos
757 questionamentos do conselheiro Jeremias, os cortes são feitos nos investimentos, tanto
758 que os recursos não são suficientes para os projetos 2015, mas a questão é que o
759 orçamento deve ser enquadrado dentro do recurso existente. No tocante ao recurso do
760 Vigiasus é fácil gastar, pois é preciso recurso para pagar o pessoal para trabalhar, pois
761 estamos falando de um recurso com nome, mas na vigilância epidemiológica já foram
762 empenhados mais de 5 milhões somente este ano, e não é que não tenha ou não se
763 saiba aplicar o recurso, ou seja, o recurso da fonte 497 está sendo investido sim. A
764 conselheira **Ana Paula Cantelmo** questiona se o orçamento e essa projeção dará conta
765 da diferença entre receita e despesa existente atualmente. **Sandra** responde que as

766 receitas não fazem frente às despesas. **Cantelmo** questiona o que é receita de
767 transferências entre municípios. **Sandra** responde que esse recurso é específico da
768 regulação do SAMU dos municípios da regional, inclusive o assunto está sendo discutido
769 entre os municípios. A conselheira **Ana Paula Cantelmo** questiona se existe uma
770 informação da contrapartida da despesa relativa ao rateio. **Sandra** responde que essa
771 discussão tem sido feita. **Drº Eduardo** coloca que existe uma diferença entre o que é
772 repassado e de incentivo pelo MS e Estado e o que é gasto pelo complexo regulador,
773 considerando as avançadas, no que é pactuado pela 17ª RS, com o uso da regulação
774 em Londrina e das ambulâncias, sendo que esta diferença é pactuada por habitante e se
775 está na fase de acerto com os municípios para contratualização dos valores da diferença.
776 O conselheiro **Cícero Cipriano** pede esclarecimento a respeito das AIH's 2014. Cícero
777 questiona se o investimento do município é a questão da contrapartida que ele estará
778 disponibilizando com relação aos 203 milhões ou se existe uma perspectiva do município
779 realmente investir mais forte em atenção básica. Cícero questiona que existe uma
780 previsão de 27 milhões para ser gasto em atenção básica em 2014 e 30 milhões para
781 2015, e na média e alta complexidade são 173 milhões em 2014 e 203 milhões em 2015,
782 logo, gostaria de saber se existe uma perspectiva do município em aumentar estes
783 investimentos, pois se percebe que há um investimento de aproximadamente 10% ao
784 ano, ou seja, 7 vezes mais gastos em média e alta complexidade do que em atenção
785 básica. Cícero pede que seja ampliado o investimento em atenção básica. **Sandra** diz
786 que o investimento maior do MS é em média e alta complexidade, mesmo porque não é
787 para atender somente Londrina, sendo que o recurso ainda não é suficiente. Sandra
788 coloca que a estimativa é feita acima de cálculos técnicos, e o aumento que ocorreu na
789 média e alta complexidade de 2014 para 2015 foi devido ao advento das redes de
790 urgência e emergência e cegonha. Sandra diz preparou uma planilha para demonstrar
791 como está distribuído o recurso dentro da fonte 496 e enviará por e-mail ao CMS, no
792 entanto, houve um problema em seu pendrive e não foi possível apresentar, mas a
793 expectativa é que haja um excesso de arrecadação de pelo menos 30 milhões. Quanto
794 ao investir mais, isso depende de maior arrecadação do município e isso depende da
795 planta de valores que passará pela CML, pois sem arrecadação não há como fazer.
796 Sandra continua e diz que para elaboração do orçamento, primeiro é entrado em contato
797 com o RH, sendo que a estimativa para a folha de pagamento 2015 é de 299 milhões,
798 sendo que não havia isto em orçamento e foi preciso já ir cortando, e foi sendo alocado
799 dentro das atividades conforme a quantidade de servidores e o gasto com folha, que é a
800 primeira despesa fixada dentro do orçamento, seguido por despesas correntes,
801 equipamentos e investimentos. Sandra esclarece que a maior parte da fonte 303 é
802 investido em pessoal, ficando o restante para despesas correntes e uma pequena fatia
803 para investimentos. **Drº Mohamad El Kadri** diz que a ampliação de equipes já foi
804 aprovada, mas primeiro é preciso orçamento e depois a receita, e se às vezes a MAC é
805 maior que a atenção básica, se deve ao fato de que Londrina é macrorregião, por
806 exemplo, 60% dos pacientes atendidos no ICL são de outros municípios, logo, há
807 recursos que vem de outro município que são alocados em Londrina, e logicamente que
808 a intenção é melhorar o investimento na atenção básica, pois isso diminuiria os
809 atendimentos nos hospitais, mas não se pode deixar de buscar os recursos para os
810 hospitais. A conselheira **Pilar Soldório** afirma que mais recurso para folha de pagamento

811 também é investimento, pois servidores são prestadores de serviço também. **Sandra**
812 esclarece que investimento é um termo técnico da classificação de despesa. A
813 conselheira **Janaina Mazzer** questiona que na pagina 10 do material enviado nos
814 envelopes o exercício está 2014. **Sandra** responde que na verdade é 2015. O
815 conselheiro **Paulo Nicolau** coloca que na área da saúde, devido à complexidade que
816 envolve outras áreas do bem estar da população, existem alguns slogans vazios de
817 sentido, por exemplo, a questão da media complexidade versus atenção básica, e
818 realmente para algumas situações esse critério é valido, mas, uma atenção básica bem
819 feita seria uma detecção precoce do problema e intervenção precoce para que a pessoa
820 volte as suas atividades normais, por exemplo, se algo for detectado em uma
821 mamografia, se não existir um hospital secundário e terciário, essa pessoa não vai
822 conseguir retornar a sua vida saudável, ou seja, a media e alta complexidade também
823 garante a boa qualidade de vida. Nicolau coloca que a atenção básica deve realmente ter
824 investimentos, mas não desassistindo a MAC, pois melhorando o todo é que vai se
825 especificar melhor a atenção básica. O conselheiro Mateus faz um questionamento a
826 respeito do convenio com a UBS Jd. Eldorado. Sandra coloca que uma vez a fonte criada
827 ela continua existindo, mas é de um convenio de 2009 para reforma da UBS. A servidora
828 **Rosilene Machado** faz uso da palavra e diz que em abril foi discutido a LDO e naquele
829 momento não seria feita nenhuma alteração, pois a Secretaria de Orçamento e
830 Planejamento pediu para que se aguardasse a proposta da lei orçamentaria e fizesse as
831 mudanças juntas. Rosilene faz a leitura das alterações na LDO: **ALTERAÇÃO PPA 2015**
832 **ADEQUADO A ORÇAMENTO 2015, DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM**
833 **SAÚDE, Alteração de Metas – Atenção Básica, Ação nº 652, Descrição da ação:**
834 *Contratar Servidores, Função: 10. Subfunção: 301. Projeto/Atividade/Op. Especial: 6078,*
835 *Ano: 2015 Unidade de medida: Pessoas. Meta Inicial: Física:90. Recursos Vinculador: R\$*
836 *0,00, Recursos Livres R\$ 0,00 num total de R\$ 0,00. Meta Alterada: Física:90. Recursos*
837 *Vinculador: R\$ 0,00, Recursos Livres R\$ 6.000.000,00 num total de R\$*
838 *6.000.000,00. **Inclusão de Ações Vigilância Sanitária.** Região: Município. Produto*
839 *Esperado: Servidores Contratados, Função :10. Subfunção: 304. Projeto/Atividade/Op.*
840 *Especial 6.081. Ano 2015. Unidade de Medidas: pessoas . Meta: Física: 5. Recursos*
841 *Vinculador: R\$ 0,00, Recursos Livres R\$ 500.000,00 num total de R\$ 500.000,00.*
842 **Vigilância Epidemiológica** Região: Município. Produto Esperado: Servidores
843 Contratados, Função :10. Subfunção: 305. Projeto/Atividade/Op. Especial 6.082. Ano
844 2015. Unidade de Medidas: pessoas . Meta: Física: 100. Recursos Vinculador: R\$
845 1.200.000,00, Recursos Livres R\$ 0,00 num total de R\$ 1.200.000,00. **SAMU** Região:
846 Município. Produto Esperado: Servidores Contratados, Função :10. Projeto/Atividade/Op.
847 Especial 6.110. Ano 2015. Unidade de Medidas: pessoas . Meta: Física: 19. Recursos
848 Vinculador: R\$ 2.800.000,00, Recursos Livres R\$ 0,00 num total de R\$ 2.800.000,00. Na
849 sequencia é passado ao ponto de pauta: **Esclarecimentos a Respeito das Obras nas**
850 **UBS's.** A conselheira **Janaina Mazzer Salinet** inicia a seguinte apresentação: Conselho
851 Municipal de Saúde de Londrina. Diagnóstico / Reformas Unidades Básicas de Saúde.
852 Instituição: Conselho Municipal de Saúde de Londrina. Conselheiros: Ildo Ioris , Cícero
853 Cipriano, José Aparecido Martins (Zezão) , Janaína Salinet, Lázara Rezende , Eliel
854 Joaquim. Tudo começa pelo direito dever Constitucional. Lei nº 8.142 de 28/12/1990.
855 “O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto

856 por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e
857 usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de
858 saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros,
859 cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada
860 esfera do governo”. UBS TÓKIO / Região Oeste. Atendimento: Enfermagem, Clínica
861 Médica, Ginecologia, Pediatria e Odontologia. Funcionamento: De segunda a sexta-feira,
862 das 07h00 às 19h00. Coordenadora: Silvia M. Teixeira Crippa. Área de Abrangência:
863 Jardins Columbia 1, 2 e 3, Versalhes 1, 2 e 3, Universitário, Tóquio, Jamaica, Vila
864 Industrial, Parque Residencial Pinheiros, Parque das Colinas, Conjuntos Residenciais
865 Aimara 1 e 2, Itaoca, Pinheiros e Aurora Tropical. Implantado em 1985 – Nova unidade
866 de saúde inaugurada em 2002 / Reformado há 04 meses. Área Construída: 490,52 m2.
867 Data da Visita: 29/07/2014 - Horário: 11:30 hrs. ITENS DA REFORMA. Vazamentos no
868 Teto (Substituídas algumas telhas, porém os vazamentos não foram resolvidos), porta (
869 substituída), portão (reparado), rachaduras na parede (reparado). Azulejos na cozinha /
870 banheiro (colocados), toldo velho (substituído), pintura – tinta não lavável (Mão de Obra:
871 Qualidade Ruim; Acabamento: Imperfeições na pintura, nos detalhes, Pintura realizada
872 sobre as sujidades, durex e buracos; Tinta: Qualidade ruim). Fragilidades Observadas e
873 apontadas pela Coordenação / Equipe da UBS: Não participação da Coordenadora da
874 UBS do levantamento dos itens de reforma, juntamente com o profissional Arquiteto e
875 representantes da obra, diante disso não foi contemplada em alguns itens (janelas
876 enferrujadas que não abrem); Reformas de Cadeiras (Deficiência da Rede –
877 Inexistência de Manutenção); Diversidade de Empresas Terceirizadas durante o
878 processo de reformas; Morosidade na realização dos serviços prestados (45 dias –
879 pintura); Avaliação: Regular (Má qualidade de materiais utilizados e qualidade de
880 mão de obra ruim).UBS Marabá / Região Leste. Inaugurado em 1988 – Reforma e
881 ampliação em 1996 / Reformado em 2001. Área Construída: 410,87 m2. Atendimento:
882 Enfermagem, Clínica Médica, Pediatria, Ginecologia e Odontologia Infante-juvenil e
883 Gestante. Funcionamento: De segunda a sexta-feira, das 07h00 às 19h00.
884 Coordenadora: Rosana Santana de Souza Ito. Área de Abrangência: Jardins Monte
885 Cristo, Maira, Mangaba, Marabá, Morumbi, Novo Oriente, Santa Fé, Santa Maria e
886 Interlagos, Vila Juquita, Conjuntos Residenciais Laranjeiras, Antares e Ilha Bela,
887 Conjunto Habitacional São Pedro e Bairro Cervejaria. Data: 29/07/2014
888 Horário: 12:30 hrs. “Uma das primeiras UBS de Londrina/ 3ª Modificação (Reforma e
889 Ampliação / Totalmente Adaptado”). Itens da Reforma/resolutividade: Esquadrias
890 janelas enferrujadas / danificadas (pintadas/não consertadas); Vidros quebrados /
891 danificados (substituídos); Pintura sala de vacina e inalação (Realizada (tinta lavável),
892 porém de péssima qualidade, sai com a lavagem); Calha da Sala do Curativo
893 (Consertada (água foi direcionada para a janela do consultório odontológico); Toldo
894 Velho (Substituído), Pintura (tinta não lavável / lavável) Inexistência de uma
895 padronização no trabalho e das cores utilizadas. Permanência de Infiltração nas Paredes
896 (Mão de Obra de má qualidade e acabamento (imperfeições na pintura, nos detalhes e
897 no acabamento, pintura realizada sobre as sujidades; tinta de má qualidade). Lavável (
898 sai com a limpeza). Houve insuficiência de pintura no piso); Área Externa (entrada da
899 UBS) (Grelha de escoamento irregular , Rachaduras na Fachada, Abrigo de Resíduos
900 de Saúde Irregular (portão de acesso e portão de lixo). Fragilidades apontadas pela

901 *Equipe e Coordenação da UBS: Coordenadora da UBS não participou de todas as*
902 *reuniões que envolveram as discussões sobre a reforma, juntamente com o Arquiteto e*
903 *o Engenheiro ; Não foi contemplada em alguns itens (Alteração Estratégica de*
904 *Posição da Recepção da UBS para melhoria do fluxo dos Usuários e*
905 *Trabalhadores); 1ª Opção seria pela Ampliação, porém quando disponível a UBS já*
906 *estava inscrita e contemplada no item Reforma. Diversidade de Empresas*
907 *Terceirizadas durante o processo de reformas; Morosidade na realização dos*
908 *serviços prestados (UBS 120 dias fechada), o que resultou em um manejo de toda*
909 *equipe, como uma subdivisão em 04 equipes para outros serviços; Trabalho de*
910 *limpeza e impermeabilização do piso praticamente perdido, pois ao final da obra o*
911 *piso já estava sujo, pelas sequelas da reforma. Durante o processo de reforma muitos*
912 *móveis foram danificados e perdidos (mesinhas, poltronas, cuspideira do consultório*
913 *odontológico); Falta de Controle pelas empresas Prestadoras de Serviço na Execução*
914 *da Obra (funcionários pernoitando na obra). Equipe de Enfermagem realizou a*
915 *Limpeza Pós - Obra da UBS. Várias Salas ficaram sem as caixa espelhos de*
916 *interruptores e tomadas; Banheiro Masculino foi entregue com vazamento (pia), sem*
917 *assento nas privadas; Os prontuários da UBS (1200), foram retirados de seus lugares e*
918 *conseqüentemente totalmente desorganizados; Sala de curativos com deficiência de*
919 *rejunte, puxadores quebrados e ausência de gaveta; Armários dos Prontuários foram*
920 *pintados, sem a devida remoção das/ etiquetas de identificação (pintura com*
921 *acabamento ruim); Banheiro Feminino: Louça e Inexistência de Lâmpada.*
922 *Ventiladores Retirados e não repostos; Não foi realizado a Vistoria Final para a entrega*
923 *da Obra; Segundo Avaliação de Equipe e Coordenação da Ubs: Regular (Má*
924 *qualidade dos materiais utilizados e qualidade de mão de obra ruim). A reforma*
925 *não alterou significativamente a estrutura física da UBS (sala de curativos e limpeza*
926 *de materiais permanecem em uma mesma sala). Não trouxe melhorias no processo*
927 *de trabalho da equipe, no que tange à assistência, pelo contrário, foram necessários*
928 *vários manejos da equipe para outros serviços; acréscimo de serviços e atividades pela*
929 *organização e limpeza da UBS durante e após a obra ; prejuízo na perda de bens*
930 *duráveis e desgaste físico e psíquico de toda a equipe; PROPOSTAS DE*
931 *ENCAMINHAMENTOS / Recomendações: Esclarecimentos pela Secretaria Municipal*
932 *de Saúde acerca das causas relacionadas às averiguações acima citadas; Criação de*
933 *uma Comissão de Acompanhamento para todas as Obras relacionada à Secretaria*
934 *de Saúde, para a busca de estudo e alternativas viáveis , para o incremento de uma*
935 *fiscalização na execução destas Obras, afim de evitar a possível recorrência das*
936 *irregularidades acima apontadas e resolução das mesmas; Que as Reformas sejam*
937 *planejadas e executadas em conjunto com as Coordenações da UBS; Que as*
938 *Obras sejam Vistoriadas antecipadamente às respectivas Entregas; Contratos:*
939 *Coerência no cumprimento dos Contratos, que sejam cumpridos na Íntegra e baseados*
940 *nos Princípios da eficácia, economicidade e qualidade. Pensar em Gestão Pública é*
941 *ajudar a promover as mudanças que são necessárias ao crescimento de um setor tão*
942 *importante para as pessoas. As políticas públicas são desenhadas, pensadas e*
943 *colocadas em ação a partir do ambiente público, com recursos da nação e para tanto é*
944 *preciso buscar novas ferramentas para dar Apoio na efetivação do Planejamento do que*
945 *se pretende desenvolver para as pessoas das cidades, estados e no País em Geral*

946 (Vargas, Cesar S. (2012). **Janaina** encerra sua apresentação. O arquiteto **Sidney** inicia
947 a seguinte apresentação: **RELATÓRIO DE REFORMAS DAS UBS –DPGS -Diretoria**
948 **De Planejamento E Gestão Em Saúde - Processo De Captação De Recursos E**
949 **Prestação De Contas:** Levantamento de necessidades in loco (Saúde);Cadastro no
950 SISMOB (Sistema de Monitoramento de Obras); Aprovação dos Recursos; Repactuação
951 dos Recursos; Novo levantamento de necessidades com a S.M.O.P. (Secretaria
952 Municipal de Obras Públicas) e Saúde; Planilha Orçamentária elaborada pela S.M.O.P.;
953 Empenho (Saúde); Licitação (Saúde/Obras/Gestão/Procuradoria);Contratação da
954 Empresa Vencedora (Gestão); Fiscalização da execução da obra (S.M.O.P./Saúde);
955 Prestação de contas (Saúde).Reforma do **Centro de Saúde Municipal Carlos Augusto**
956 **Mungo Genez - UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – Jardim Tóquio - Endereço:** Rua Juhei
957 Muramoto, 22 – Jardim Tóquio. **Área de Abrangência:** Jardins Columbia 1, 2 e 3,
958 Versalhes 1, 2 e 3, Universitário, Tóquio, Jamaica, Vila Industrial, Parque Residencial
959 Pinheiros, Parque das Colinas, Residenciais Aimara 1 e 2, Itaoca, Pinheiros e Aurora
960 Tropical. **Unidade de Saúde inaugurada em 2002. Área construída: 490,52m².** Foram
961 reformados: Portões metálicos, Esquadrias de Janelas, Reposição de Ventiladores,
962 Colocação de Revestimentos nos Banheiros e Áreas de Serviço, Revestimento Cerâmico
963 no Expurgo, Paredes com Infiltração, Paredes Internas Reformadas, Fachadas Exetrnas,
964 Toldo e Porta dos Fundos, Instalação de Corrimão em Rampa de Acesso, Fachada
965 Frontal, Calçada Externa e Colocação de Piso Tátil. **Reforma Centro de Saúde**
966 **Municipal Dr. Eugênio Molin- UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – Marabá. Endereço:**
967 Rua das Goiabeiras, 385 – Jardim Marabá. **Área de Abrangência:** Jardins Monte Cristo,
968 Maira, Mangaba, Marabá, Morumbi, Novo Oriente, Santa Fé, Santa Maria, Interlagos,
969 Vila Juquita, Conjuntos Residenciais Laranjeiras, Antares e Ilha Bela, Conjunto
970 Habitacional São Pedro e Bairro Cervejaria. **Unidade de Saúde inaugurada em 2001.**
971 **Área construída: 410,87m².** Foram realizados reformas em: Cabine do Compressor de
972 Ar, Infiltrações Internas nas Paredes, Banheiros da Recepção, Área Externa, Banheiro
973 dos Funcionários, Limpeza do Piso interno em Granilite, reforma das esquadrias das
974 Janelas, Estacionamento dos funcionários . Fachada Frontal, Grama Externa. **Reforma**
975 **do Centro de Saúde Municipal Prof.ª Maria Anideje de Mello - UNIDADE BÁSICA**
976 **DE SAÚDE – Aquiles Stenghel - Endereço:** Rua Vergílio Perin, 789 – Conjunto Aquiles
977 Stenghel. **Área de Abrangência:** Jardins: Catuaí, dos Campos e Primavera, Conjuntos
978 Habitacionais Aquiles e Luís de Sá. **Unidade de Saúde inaugurada em 2003. Área**
979 **construída: 490,52m².** Reforma da Fachada Principal, Portas da Central de Resíduos,
980 Portão de acesso do estacionamento de funcionários, paredes internas, guichê da
981 farmácia, Lajes e Paredes da Recpeção, Banheiros. **Unidade Básica de Saúde Claudio**
982 **Roverato de Bonato UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – Guaravera. Endereço:** Rua
983 Bahia, s/n – Distrito de Guaravera **Área de Abrangência:** Guaravera. **Unidade de**
984 **Saúde inaugurada em 2006. Área construída: 350,00m².** Fachada Frontal, Fachada
985 dos Fundos, Fachada Lateral, Calçada Externa de Acesso a Unidade, Cabine do
986 Compressor de Ar, Área de Estacionamento de Funcionários, Revestimento Cerâmico
987 dos Banheiros, Central de Resíduos, Paredes Internas, Laje Interna, Limpesa da
988 Cobertura e Troca de Telhas, Grade do Portão, Repintura de Portas Internas, Novos
989 Ventiladores. **Centro de Saúde Municipal Dr. Justiniano Clímaco da Silva UNIDADE**
990 **BÁSICA DE SAÚDE – Vivi Xavier Endereço:** Rua Maysa, 411 – Conjunto Vivi

991 **Xavier.Área de Abrangência:** Conjuntos Vivi Xavier e Manoel Gonçalves I, II e III.
 992 Jardins Alphaville, Alto da Boa Vista I e II, Palmeiras, Leblon, Viena, Planalto, Paris,
 993 Residenciais Porto Seguro I e II, Professora Marieta e Assentamentos Marieta e Vivi
 994 Xavier. **Unidade de Saúde inaugurada em 2003. Área construída: 490,82m².** Reforma
 995 da fachada principal, Revestimento da Área de Serviço, Banheiro de Pacientes, Pintura e
 996 Reforma das Paredes da Recepção, Calçada Externa com Acessibilidade, Reforma da
 997 Porta de Entrada Principal, Portão de Entrada do Estacionamento de Entrada dos
 998 Funcionários, Muro Externo Reformado, Troca de Vidros Quebrados. O conselho aprova
 999 a seguinte comissão para o acompanhamento das obras nas unidades de saúde: José
 1000 Aparecido Martins (usuário), Ildo Ioris (usuário), Pilar Nadir Alvares Soldório (
 1001 trabalhador). O arquiteto **Sidney** convida a conselheira Juvira para que visite o
 1002 andamentos das obras. A reunião é encerrada. Esta ata foi digitada pelos servidores
 1003 Anderson Luiz Oliveira Silva e Francisco Luiz Gomes, revisada pela servidora Sandra
 1004 Bavia e será assinada pelos conselheiros abaixo:
 1005

Titular	Mohamad El Kadri	
Suplente	Suzana Verlingue Rodrigues	
Titular	Teresinha de Fatima Sanchez	Justificou
Suplente	José Carlos Moraes	
Titular	Jacy Silveira Cleto	Ausente
Suplente	Fernando Cesar Iwamoto Marcucci	
Titular	Pilar Nadir Alvares Soldório	
Suplente	Fábio Vinicius Molin	Ausente
Titular	Carmem Lúcia Lázaro Garcia	Justificou
Suplente	Lázara Regina De Rezende	
Titular	Isaltina Pires Cardoso	
Suplente	M ^a Madalena G. Santos	
Titular	Eliel Joaquim dos Santos	
Suplente	Nadya Christiane Silveira Pellizzari	
Titular	Adão Aparecido Brasilino	
Suplente	Marcelo Alves Seabra	Ausente
Titular	Janaina Mazzer Salinet	
Suplente	Alcindo Cerci Neto	
Titular	Fahd Haddad	Ausente
Suplente	Ana Paula Cantelmo Luz	
Titular	Edmilson da Silva Garcia	
Suplente	Artemízia Bertolazzi Martins	
Titular	Elizabeth Silva Ursi	Ausente
Suplente	Jeremias Brizola Bequer	
Titular	Luis Lino de Almeida Junior	
Suplente	Joselito Tanios Hajjar	
Titular	Paulo Fernando De Moraes Nicolau	
Suplente	Nobuaqui Hasegawa	Ausente
Titular	Cicero Cipriano Pinto	

Suplente	Nilton Apº Carmargo Oliveira	
Titular	Livaldo Bento	
Suplente	Antonio Escatambulo	Justificou
Titular	Eliane da Silva Nascimento	
Suplente	José Aparecido Martins	
Titular	Gioconda Pereira da Silva	
Suplente	Terezinha Pereira (mãe Omin)	
Titular	Antonio Irineo Barrinuevo	
Suplente	Juvira Barbosa De Souza Cordeiro	
Titular	Maria Osvaldina De Mello Oliveira	
Suplente	Antonio Barrichello	
Titular	Jair Rodrigues Pereira	Justificou
Suplente	Salete Cruz dos Santos	Ausente
Titular	Maria Neris de Souza	Ausente
Suplente	Emani José dos Santos	Justificou
Titular	Julia Satie Miyamoto	
Suplente	Matheus Reis da Silva	
Titular	Sandra Alexandra Silva Lima	Ausente
Suplente	Dalton Pio Ferreira	
Titular	Márcia Beghini Zambrim	Justificou
Suplente	Teresa Gonçalves Moreschi	
Titular	Joelma Apda de Souza Carvalho	
Suplente	Elizabeth Bueno Candido	Ausente
Titular	Ildo Ioris	
Suplente	Ana Barbara de T. Lourenço Jorge	Ausente
Titular	Dulcelina Aparecida da Silva	
Suplente	João Antônio da Silva Neto	Ausente

1006
1007
1008
1009
1010
1011
1012
1013
1014